



PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL

14 de Outubro de 2000
Maria de Lourdes Pintasilgo

1. RESENHA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Encaro este colóquio como a possibilidade de confrontarmos aquilo que a economista-profeta Manuela Silva considera dever ser a responsabilidade da sociedade civil: *'diagnósticos alternativos'*.

Vou utilizar a palavra desenvolvimento por ser uma palavra que se tornou comum. Mas não tenho dúvida de que é necessária outra expressão que aponte para uma realidade mais holística e mais completa do que aquela a que o desenvolvimento se refere hoje.

Digo-o desde já: *essa expressão é a Qualidade de Vida.*

Houve uma deriva semântica e sociológica que produziu uma distorsão grave na palavra e no conceito de desenvolvimento.

(Acontece que a minha vida adulta tem decorrido paralelamente às várias etapas que têm sido percorridas pela noção de desenvolvimento. É a partir dessa experiência que posso fazer a avaliação da situação das práticas a que conduziu o conceito de desenvolvimento.)

Passo rapidamente pelas décadas de 50 e 60.

O desenvolvimento tinha então um sentido de progresso global contribuindo para o bem-estar das pessoas. Nas palavras do P. Lebret, principal anomador do grupo "Economia e Humanismo" que muito contribuiu para a formação da minha geração, o desenvolvimento era *"a capacidade de cada sociedade fazer face com os seus próprios meios culturais à sua própria evolução histórica."*

Era um conceito profundamente humanista.

Mais tarde, para as instituições de Bretton Woods, em especial o Banco Mundial, conceito de desenvolvimento correspondia à *satisfação das necessidades básicas*, embora na prática as orientações do Banco não correspondessem ao implícito nos conceitos.

Concomitantemente com a conquista da independência pelos povos colonizados, através da acção dos movimentos de libertação, também o desenvolvimento foi encarado entre os anos 60/70 como um *processo de libertação dos indivíduos e das nações.*



Nesse contexto veio entrosar-se a aspiração, já então formulada por alguns dirigentes dos países de independência recente, de construir um desenvolvimento que não fosse a reprodução dos modelos então existentes e cujo carácter hegemónico começava a ser denunciado.

É o período da discussão do *desenvolvimento endógeno*, realizado a partir da riqueza material e cultural de cada sociedade.

A Declaração dos direitos e deveres económicos dos Estados na AG da ONU de 1974 aponta para *uma nova ordem internacional* em que coexistiriam vários caminhos para o desenvolvimento. São os grandes ideais dos anos 70.

Nos anos 80 e com a consciência cada vez mais alargada sobre as condições de sobrevivência no planeta surgiu a noção de *desenvolvimento sustentado*, trabalhado sobretudo no relatório "o nosso futuro comum", da Comissão da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Esta perspectiva atingiu o seu apogeu na Conferência do Rio em 1992. Aí há um compromisso da grande maioria dos estados de tudo fazerem para manter a biodiversidade do planeta, para diminuir a produção dos gases que provocam o efeito de estufa bem como os que provocam o gradual desaparecimento da camada de ozono.

Fundação Cuidar o Futuro

Paralelamente, no início dos anos 90 decorre o trabalho de reformulação do conceito de desenvolvimento através de um dos órgãos do próprio sistema das Nações Unidas, o PNUD. Começa então uma tentativa muito concreta e rica de elaboração do conceito de '*desenvolvimento humano*'.

Nesta sequência parece percorrer-se um caminho cada vez mais profundo e mais alargado do conceito de desenvolvimento.

Mas a realidade dos factos desmente este alargamento dos conceitos. Cresce nestes 50 anos a riqueza mundial e, ao mesmo tempo a pauperização da maior parte da humanidade, a degradação das condições do ambiente, as desigualdades entre o N e o S do planeta e entre o N e o S de cada sociedade.

2. O PARADOXO DE CONCEITOS CADA VEZ MAIS HUMANISTAS E DE CADA VEZ MAIS DIFÍCIL IMPLEMENTAÇÃO

Ao mesmo tempo, ao nível dos conceitos o fosso crescente conduz o desenvolvimento a tornar-se equivalente a 'crescimento económico'.

Para tal contribuem em grande parte as *Estratégias Internacionais do Desenvolvimento* aprovadas em cada década pela AG da ONU. (problema já sentido pela própria ONU quando em Junho de 80 o Secretário-Geral convocou uma mesa-redonda sobre estratégias alternativas a que presidi).

A meio da década de 90 tem lugar a conferência sobre o *desenvolvimento social*, que como o fêz notar o grande inspirador dessa cimeira Juan Somavia, hoje director-geral da OIT, correspondeu a uma tomada de posição da comunidade internacional *"trazendo as pessoas - mais do que a economia - para o centro do planeamento"*.

Bem diferente foi a opinião das mais de 2.000 ONGs que participaram na Conferência e cujo comunicado final diz claramente:

"...cremos que o quadro económico adoptado pelos documentos finais se encontra em flagrante contradição com os objectivos de um desenvolvimento social sustentável e justo.

É, no entanto, um conjunto de compromissos que alimentaram fortes esperanças, já que, pela primeira vez os Estados se comprometem solenemente, entre 10, aos 3 compromissos seguintes:

- **"Segundo compromisso** - *Comprometemo-nos, como imperativo ético, social, político e económico da humanidade, a alcançar o objectivo de erradicar a pobreza do mundo através de uma acção nacional enérgica e da cooperação internacional.*"
- **"Quarto compromisso** - *Comprometemo-nos a promover a integração social, fomentando sociedades estáveis, seguras e justas e assentes na promoção e protecção de todos os direitos humanos, assim como na não-discriminação, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e na participação de todas as pessoas, incluindo as pessoas e os grupos desfavorecidos e vulneráveis.*"
- **"Sexto compromisso** - *Comprometemo-nos a promover e a alcançar os objectivos do acesso universal e equitativo a uma educação de qualidade, ao mais alto nível possível de saúde física e mental e de acesso de todas as pessoas aos cuidados primários de saúde, procurando especialmente corrigir as desigualdades relacionadas com a situação social, sem distinção de raça, nacionalidade, género, idade ou incapacidade; a respeitar e promover as nossas culturas comuns e particuzares; a procurar fortalecer o papel da cultura no desenvolvimento; a*



preservar as bases essenciais para um desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e a contribuir para o pleno desenvolvimento dos recursos humanos e sociais. O fim destas actividades é erradicar a pobreza, promover um pleno e produtivo emprego e fomentar a integração social."

Que dizer 5 anos depois?

Em Junho deste ano foi reconhecida na AG da ONU a paralisia geral relativa a todos estes compromissos.

Há dificuldades enormes, mas há sobretudo no mundo inteiro um grande vazio de liderança política. Sinais desse vazio tinham estado já patentes na Cimeira de 1995:

- Não se consegue aprovar a proposta 20/20.
- As instituições mundiais de crédito não se comprometeram.

O que faltou então? Porquê essa paralisia? Há sem dúvida muitos factores que merecem um estudo aprofundado. Há um problema de governância, resultado, em grande parte, da complexidade das questões contemporâneas. Mas não posso deixar de recordar aqui a afirmação de um grande político - que, entre os que conheci, avulta como o maior de todos - desaparecido há duas semanas, Pierre Elliot Trudeau, PM do Canadá por duas vezes, num total de 15 anos. Numa declaração do Conselho de InterAcção de ex-chefes de governo foi ele que sugeriu começarmos a declaração final afirmando: "*Leaders must lead.*" ("*Os dirigentes devem tomar as decisões que se impõem.*")

Fundação Cuidar o Futuro

3. MUDANÇA DE PARADIGMA E NOVOS CONCEITOS

O que é que resulta desta leitura?

Os textos que referi são a meu ver o 'canto do cisne' de um paradigma: o paradigma do 'sempre mais'.

Já há alguns anos um dos raros políticos que, além de gerir, criou pensamento, a PM Gro Bruntland afirmou claramente que só é possível resolver os enormes problemas do presente e do futuro quando passarmos *do paradigma da quantidade para o paradigma da qualidade*.

No seu livro "A crítica da razão indolente" BSS liga, de forma lapidar, o paradigma da quantidade à epistemologia que o sustentou e que dele se sustentou:

'Conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objecto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é

cientificamente irrelevante."(pg.60)



Não temos ainda um novo paradigma de que possamos tirar todas as consequências mas a evolução da filosofia, da física, da biologia, das ciências sociais, abrem-nos novos caminhos que, ao menos conceptualmente, temos de começar a percorrer.

Assim, o novo paradigma ainda em formação supõe:

- que a qualidade tem valor em si próprio e que, para além dos valores de sobrevivência de qualquer sistema, é capaz de salvaguardar e melhorar constantemente a auto-organização do sistema;
- que cada realidade não vive de forma isolada nem mesmo independente das outras mas que há uma permanente troca de energia entre todos os sistemas; trata-se de realidades autónomas porque interdependentes;
- que a capacidade de auto-organização é ao mesmo tempo garanti da sua sobrevivência individual e garantia de que se encontra enquadrado num sistemamais vasto e mais complexo;
- que, contrariamente ao mito prometeico da evolução linear, cada sistema é não só imprevisível como irreversível;
- que, se os sistemas têm um comportamento macro de que podem imaginar cenários de evolução, eles são por sua vez resultado de permanentes flutuações microcópicas onde a cada bifurcação corresponde uma grande quantidade de caminhos possíveis em que a decisão do aparentemente menos importante vai determinar a evolução do todo.

A fase de transição de um paradigma a outro não pode deixar de ter consequências na própria noção de desenvolvimento.

No contexto actual e permanecendo intocados os grandes sistemas de que depende e em que se exprime, *o des. é um conceito que já não é funcional.*

É, por isso, é minha convicção de que é urgente a substituição do conceito frio e cada vez mais macro-económico de 'desenvolvimento' pelo conceito e prática de Qualidade de Vida. (Aqui invoco Amartya Sen vs. Amartya Sen: se o seu último livro revaloriza o desenvolvimento como expressão das liberdades individuais e colectivas, também é certo que a fundamentação em termos económicos do conceito Qualidade de Vida a ele se deve. E, por causa da evolução da palavra 'desenvolvimento' a que me referi no



início considero mais eficaz e susceptível de nos libertar de derivas perigosas o se conceito de Qualidade de Vida.)

A Qualidade de Vida numa sociedade dada exige:

- que se ultrapasse para toda a população o nível da mera sobrevivência;
- que se considerem como imperativos os instrumentos jurídicos internacionais; é uma longa lista em que se desdobram os direitos cívicos e políticos, sociais, económicos e culturais, proclamados como 'interdependentes e indivisíveis nos dois Pactos Internacionais que fazem inserir no corpo do direito internacional o espírito que anima a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sendo assim, o cumprimento dessa longa lista funciona como outros tantos *indicadores objectivos* da Qualidade de Vida.

Mas o que é igualmente importante na Qualidade de Vida é que ela é também o resultado de uma *avaliação subjectiva*. Ultrapassado o nível da sobrevivência, diferentes direitos e graus da sua implementação doseiam-se para cada pessoa como resposta a aspirações e a escolhas de estilos de vida e prioridades pessoais. Não têm, por isso, para além desse limiar, o mesmo conteúdo para cada pessoa.

Trabalhar para uma sociedade em que a Qualidade de Vida seja, assi, medida a um tempo por direitos objectivos e universais e pela satisfação de condições subjectivas e diversificadas é uma nova maneira de olhar a sociedade e o mundo.

4. PRIORIDADES NACIONAIS QUE PODEM DECORRER DO NOVO PARADIGMA

Tendo-se tornado sinónimo de 'crescimento económico', o desenvolvimento só poderá ganhar novos contornos quando a própria economia fôr encarada na multiplicidade dos factores que a integram: a) factor aumento e diversificação dos recursos financeiros; b) factor social; c) factor ambiental.

Quanto aos *recursos financeiros*, é socialmente inaceitável e eticamente condenável que sejam mantidos níveis individuais de rendimento que não atingem a garantia do próprio sustento.

Por muitos protestos que as medidas necessárias possam provocar, o povo só pode delegar o poder que em si reside como fonte da soberania àqueles que são suficientemente fortes e imaginativos para garantir que o mínimo da QV é atingido por todos. Isto supõe um Estado que é 'uma pessoa de bem' mas emanando de uma



sociedade que é ela também 'uma pessoa de bem'.

(Em Portugal, a relação ao dinheiro e à sua partilha é parte de uma velha tradição de 'aproveitamento' de todos os 'atalhos' que 'facilitem' a vida.

Falta-nos o sentido anglo-saxónico e nórdico de uma cidadania que assume, mesmo com elevado grau de sacrifício, a responsabilidade pelo bem de todos.

E, no entanto, temos hoje fundamentos filosóficos e instrumentos económicos que, p.ex., os suecos ainda não tinham nas primeiras décadas do séc. XX quando emigraram maciçamente para os EUA.)

Acresce ainda que o mimetismo social cria uma apetência desenfreada ao consumo de bens supérfluos. (casa do BB!!) Precisamos de instrumentos que ajudem o leitor, o telespectador a interpretar a razão dos seus desejos. Trata-se de uma verdadeira literacia económica e psicológica que importa conduzir a nível nacional, como uma grande campanha de educação.

O *factor social da economia* implica o repensar do próprio conceito de trabalho. E daí imaginar novas formas de partilhar o trabalho, o tempo e os lucros. A nova divisão internacional do trabalho requer a capacidade de nela se participar com conceitos e práticas dinâmicas de realização de trabalho. O que é inaceitável é um trabalho sem flexibilidade, sem mobilidade, e penalizado.

Fundação Cuidar o Futuro

Factor ambiental: não chega 'o poluidor paga' porque os processos são irreversíveis.

Alguns terão de ser parados à partida.

Mais: a internalização dos custos ambientais obriga a mudar a própria economia; i.e. se o custo ambiental for incorporado no preço de custo de qualquer produto, a paisagem produtiva mudará necessariamente. (Como primeiro passo contas nacionais paralelas. Enquanto isto não fôr feito as decisões políticas mais importantes continuarão a ser tomadas na base de dados incorrectos.)

4.1. EDUCAÇÃO

Uma modificação radical tem de vir a dar-se no que se chama hoje 'educação':

Trata-se de criar uma matriz científico-cultural que estruture o pensamento, respeite e canalize as emoções, ligue permanentemente os conteúdos á vida real e induza em todas as crianças o desejo de criar algo de novo.

Sem cair no cabotinismo audio-visual, há que utilizar as novas tecnologias de modo a tornar agradável o acto de conhecer e a converter os professores em verdadeiros mestres, capazes de ajudar sobretudo a fazer emergir o sujeito que cria sínteses pessoais a partir da aprendizagem.

Para além do que poderá vir a definir-se como 'ensino básico', importa criar 'qualificações transferíveis' excluindo a pretensão de tudo aprender na juventude e assegurando uma saudável margem de mobilidade e de novidade numa vida activa de mais de 50 anos!

4.2. ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A erradicação da pobreza é a pedra de toque de uma sociedade que quer manter-se viva.

Foram os latino-americanos os primeiros a mostrar que acima de um certo número de pobres na sociedade o desenvolvimento não tem capacidade de os absorver. Propuseram por isso a formulação de *estratégias nacionais de luta específica contra a pobreza*.

No entanto, até hoje nenhum país teve a ousadia de pôr em prática uma tal estratégia. As razões são múltiplas mas possivelmente todas têm que ver com a exclusão de que se fala como se de uma realidade asséptica se tratasse.

É que na exclusão estão em causa elementos objectivos e subjectivos. O 'inimigo' não é nomeado, mas é a totalidade da sociedade que se fecha, que põe de fora, que não partilha, que exclui, que rejeita.

Os elementos objectivos são obviamente a apropriação dos direitos fundamentais apenas por alguns, como resultado de mecanismos de má fundamentação ao nível dos valores e de má gestão ao nível da eficácia.

Os elementos subjectivos têm que ver, de um lado, com a nossa atitude em relação ao

outro, e, do outro lado, com a tendência para a desqualificação daqueles que são desprovidos dos mais elementares direitos.



4.3. SAUDE

Educação e erradicação da pobreza cruzam-se com um terceiro factor: a saúde. Para tal, há suficientes orientações a plano nacional e internacional que urge pôe em prática sem, mais uma vez, se nomearem grupos de estudo. Assim:

É vital para todos a disponibilização de serviços básicos preventivos e curativos, a fim de eliminar o actual sistema de serviços de saúde a duas velocidades.

É indis pensável que a gestão dos recursos para a saúde deixe de funcionar como uma aplicação à saúde de princípios universais de gestão: é a gestão que tem de se integrar nos serviços de saúde servindo a sua óptica própria e não o contrário.

De acordo com todas as normas internacionais sempre repetidas e aperfeiçoadas, é urgente passar de um modelo curativo superdesenvolvido (p.ex. hospitais em triângulos de 20 Km de lado) para clínicas comunitárias (ou centros de saúde) locais de cuidados primários, programas de cuidados ao domicílio e iniciativas de prevenção.

Fundação Cuidar o Futuro

4.4. PARTICIPAÇÃO

Nada disto é viável sem que a sociedade se mobilize como um todo. Há variadíssimos actores da sociedade civil e cada um tem o seu papel próprio. Deles ressalto as ONG pela importância que adquiriram na última década e por estar convencida de que lhes cabe um papel ainda não suficientemente definido. P.ex., as ONG não podem ser apenas lugar de contestação. Têm de exercer um papel activo. A maior parte realiza acções que tentam responder aos problemas, por vezes de modo original - o seu contributo é pioneiro e, apesar de ter lugar a uma escala reduzida, abre perspectivas inovadoras. Mas o seu papel tem ainda outra componente que não tem sido suficientemente desenvolvida: é a que defendo há mais de 20 anos e que consiste no seu reconhecimento enquanto verdadeiros e legítimos parceiros sociais

O poder político electivo e a participação política dos cidadãos e dos grupos podem criar uma sinergia que ajudará a atingir e a realizar as metas que propomos. Na abertura da conferência do Desenvolvimento Social em Copenhague o então PM da Dinamarca



afirmou:

"Deixemos a esperança transformar-se em acção. É o que as pessoas esperam de nós."

Seria importante que a sociedade civil a essa frase fizesse corresponder a sua própria afirmação de identidade na construção do novo paradigma e das prioridades que dele decorrem:

"Deixemos a esperança transformar-se em reflexão, investigação, inovação. É o que as gerações de hoje e do futuro esperam de nós."

Fundação Cuidar o Futuro